



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

**SER ESTUDANTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA**

ANA MARIA FERREIRA CARDOSO¹

GILENO GIERLAN SANTANA PEREIRA²

SEBASTIÃO GONZAGA DOS SANTOS³

ANDRESSA MACHADO DA SILVA⁴

PEDRO HENRIQUE LELES ALMEIDA DE SOUZA⁵

RESUMO

O trabalho apresenta síntese do perfil socioeconômico e cultural de estudantes do Curso de Serviço Social da UFBA e discute a interface entre condições de vida, vivências acadêmicas e o acesso às políticas de assistência estudantil. Resulta de pesquisa de abordagem qualitativa. Evidencia que o corpo discente tem perfil jovem, feminino e negro, com renda média familiar de até três salários mínimos.

Palavras chave: Perfil de Estudantes; Curso de Serviço Social; Permanência Estudantil.

RESUMEN

El trabajo presenta un resumen del perfil socioeconómico y cultural de las estudiantes del Curso de Servicio Social de la UFBA y discute la interfaz entre las condiciones de vida, vivencias académicas y el acceso a las políticas de la asistencia estudiantil. Resulta de una investigación de enfoque cualitativo. Pone de manifiesto que el cuerpo estudiantil tiene perfil joven, femenino y negro, con ingreso familiar medio de hasta tres salarios mínimos.

¹ Universidade Federal da Bahia

² Universidade Federal da Bahia

³ Universidade Federal da Bahia

⁴ Universidade Federal da Bahia

⁵ Universidade Federal da Bahia

Palabras claves: Perfil de Estudantes; Curso de Serviço Social; Permanencia Estudantil.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade apresentar alguns resultados de pesquisa sobre o perfil do corpo discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizada em 2023, discutindo a interface entre condições de vida, vivências acadêmicas e o acesso às políticas de assistência estudantil.

A referida pesquisa se orientou pelos seguintes objetivos: traçar o perfil socioeconômico de estudantes matriculadas⁶ no curso de Serviço Social da UFBA no ano de 2023; verificar se as estudantes do curso de Serviço Social têm acesso às políticas de permanência ofertadas pela UFBA; e identificar as formas de acesso pelas estudantes matriculadas no curso de Serviço Social ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

Estes objetivos integram um plano de trabalho específico que está vinculado ao projeto de pesquisa intitulado *Perfil de estudantes e egressos/as do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – 3ª Edição*, desenvolvido com o apoio da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), na modalidade Projetos Especiais, com início em março de 2023.

No semestre de 2023.1, o Curso de Serviço Social da UFBA contava com um total de 476 alunas com matrícula ativa. Considerando este universo, obtivemos a participação de 140 estudantes, por meio de questionário em formato de formulário eletrônico.

Neste texto, apresentamos os principais dados que compõem o perfil socioeconômico das estudantes, seguindo uma análise sobre suas condições de vida e a percepção sobre a vida estudantil. Por fim, debatemos o acesso destas estudantes à Política de Assistência Estudantil.

2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

A criação do Curso de Serviço Social foi autorizada pelo Parecer nº 671/2008 da Câmara de Ensino da UFBA, iniciando sua oferta em 2009 com o ingresso de sua primeira turma. O reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) foi expresso através da Portaria 465 de 09 de

⁶ Utilizaremos em todo o texto a designação de gênero feminino para considerar o universo de pessoas as quais estivermos nos referindo. Assim, a referência para a concordância verbal ou nominal será o substantivo pessoa. Portanto ao falarmos de estudantes/alunas/discentes esteja subentendido a referência a pessoas estudantes/alunas/discentes, etc. Esta decisão busca respeitar a diversidade e garantir a melhor fluência textual.

setembro de 2016, com o conceito final cinco atribuído pela Comissão de Avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

A implantação deste curso na UFBA se inseriu no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior (Brasil, 2010).

Após esta breve apresentação, expomos a seguir os principais dados da pesquisa. A respeito da identidade de gênero, observamos que 81% é mulher cis, 12% é homem cis, 6% é não binária e 1% identifica-se como homem trans. O Serviço Social é conhecido, historicamente, como uma profissão majoritariamente composta por mulheres. Ao analisarmos a composição do corpo discente do curso de Serviço Social na UFBA, verificamos que não houve variação significativa neste aspecto, com ocorrência de pequenas mudanças na sua composição.

Segundo a pesquisa do CFESS (2022), que traz o perfil de assistentes sociais no Brasil, do universo total pesquisado (44.212 profissionais), 92,92% (41.083 profissionais) se identifica com o gênero feminino, enquanto 6,97% (3.083 profissionais) se identifica com o gênero masculino, “outras expressões de gênero” foi a resposta de 46 profissionais correspondendo a 0,10%. Comparando estes dados, vemos que na composição do corpo discente da UFBA há uma leve variação no sentido de maior diversidade em termos de identidade de gênero.

Conhecer o pertencimento étnico racial das discentes também é fundamental, pois é a partir dele que a instituição pensa as políticas de ações afirmativas. Nesse cenário, temos novos elementos, com a seguinte configuração de autodeclaração de raça/cor/etnia por parte das discentes: 40,7% de pardas e 36,4% são pretas, portanto 77,1% das estudantes são negras. Seguindo de 20,7% de brancas e de 1,4% de indígenas.

Importante destacar que as indígenas não apareciam nas pesquisas anteriores realizadas no curso. De acordo com o Censo de 2022, essa população teve um salto significativo, saindo de 896 mil em 2010 para 1.227.642 (IBGE, 2022).

O Censo 2022 apresenta a seguinte configuração da população do Estado da Bahia no indicador raça/cor: 57,3% de pardas, 22,4% de pretas, 19,6% de brancas, 0,6% de indígenas e 0,1% de amarelas (IBGE, 2022). Verificamos que há certa aproximação com os percentuais apresentados na autoidentificação de estudantes participantes da pesquisa.

Com relação ao vínculo com comunidades tradicionais, a maior parte (93%) de estudantes não participa de nenhuma e 7% afirma integrar alguma comunidade tradicional. Destes, quatro

indicaram fazer parte de comunidades quilombolas, uma pessoa indicou comunidade cigana, uma indicou comunidade de terreiro, uma informou comunidade ribeirinha, uma faz parte de comunidade tradicional de matriz africana, uma é indígena do povo Fulni-ô e uma é indígena do povo Tumbalalá.

Outro dado que avaliamos como relevante para traçar o perfil é a religiosidade. Sobre este ponto, chamou-nos a atenção o expressivo percentual de estudantes que informaram não ter religião (48,6%). Na sequência, temos 22,1% de evangélicas, 13,6% de católicas, 10% de candomblecistas, 2,1% vinculados a vivências espirituais de matriz indígena e 1,4% de umbandistas. Dentre as que indicam ter alguma religião, destacam-se as religiões que têm como base o cristianismo, enquanto as de matrizes africanas e indígenas aparecem com menores percentuais.

Referente ao estado civil, temos que 86,6% das estudantes são solteiras, 7,9% são casadas, 3% estão separadas e 2,4% estão em união estável. Estes dados dialogam com aqueles referentes à faixa etária, em que se destaca a maioria de jovens: 18 e 22 anos (45%), seguido de 23 a 27 anos (32%), 28 a 32 anos (9%), 38 a 42 anos (5%), 33 a 37 anos (4%). Os menores percentuais estão nas faixas etárias de 43 a 47 anos e de 53 a 57 anos, ambos com 2%, e de 48 a 52 anos com 1%.

Perguntadas sobre ser pessoa com deficiência, 88% das estudantes responderam que não e 12% afirmaram que sim; este percentual representa seis estudantes que especificaram as seguintes deficiências: uma com deficiência intelectual, uma com autismo e TDAH, uma com deficiência auditiva, sensorial e TDAH, uma com perda auditiva parcial, uma com deficiência física e uma com paraplegia.

A renda mensal familiar é de um a dois salários mínimos para 31,7% das estudantes, acima de meio a um salário mínimo para 20,7%, de dois a três salários mínimos para 17,7%. Temos ainda que 11% das estudantes têm renda familiar de até meio salário mínimo, 9,1% de 5 a 10 salários mínimos, 8,5% de 3 a 4 salários mínimos, 1,2% tem renda de mais de 10 salários mínimos. Observa-se que 70% das estudantes pertencem a famílias com renda igual ou inferior a três salários mínimos.

Tendo em vista que a maioria dos programas sociais tem como parâmetro a renda per capita das famílias, avaliamos como importante calcularmos este indicador. A renda per capita familiar é obtida a partir da razão estabelecida entre a renda média declarada para o grupo familiar e o número de membros que partilham desta renda. Considerando que o salário mínimo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em 2023 chegou a R\$ 1.320,00, constatamos que 48% das estudantes têm renda per capita entre R\$ 660,00 reais e R\$1.320,00, bem como 34% tem renda per capita de até R\$ 660,00 (meio salário mínimo). Somando estes dois percentuais, temos que 82% das estudantes vivem em famílias com renda per capita de até um salário mínimo. Os demais percentuais são 11% com renda per capita acima de um até dois salários, 6% superior a três salários mínimos e 1% com renda acima de dois até três salários mínimos.

A pesquisa também revela que a maioria das estudantes reside com os pais, refletindo tanto a faixa etária jovem quanto a questão da renda destas discentes. Ao investigar melhor qual pessoa mais contribui com a renda dentro do grupo familiar das estudantes, os maiores percentuais ficaram com mãe/madrasta com 39% e pai/padrasto com 26,8%, seguido das situações em que a própria estudante é a principal responsável pela renda, com 18,3%, a cônjuge da estudante com 9,1% e irmã/irmão, avó/avô e outros com 2,4% cada.

Conforme detalhado acima, a renda familiar da maioria não ultrapassa três salários mínimos, inclusive algumas estudantes contribuem para a renda da sua família, fazendo com que não só a família seja uma rede de apoio como as discentes também sejam um pilar importante na composição da renda geral familiar. Ou seja, o trabalho e a renda são uma questão relevante na vida destas estudantes, sendo um aspecto recorrente no debate e na luta pela permanência na universidade.

Considerando os dados apresentados acima, evidencia-se que o corpo discente apresenta hegemonicamente um perfil jovem, feminino e negro, com renda média familiar de até três salários mínimos. Portanto, apresenta um perfil socioeconômico que as vincula às camadas populares da sociedade que vivenciam desafios cotidianos na luta pelo acesso a direitos sociais básicos. É fundamental se ter um olhar crítico sobre esse corpo estudantil, tanto no sentido da assistência material, como na perspectiva da existência política, dando voz e direito à existência nas suas diversas formas de viver e se organizar.

3 CONDIÇÕES DE VIDA E VIVÊNCIAS ACADÊMICAS DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

Ao abordar sobre as condições de vida e trabalho das estudantes do curso de Serviço Social da UFBA, a pesquisa revelou que 62,1% destas alunas não estão trabalhando, enquanto 37,9% (52 discentes) estão desenvolvendo alguma atividade laboral remunerada. Esse dado

indica que, embora a maioria não esteja inserida no mercado de trabalho, uma parcela significativa das estudantes concilia os estudos com trabalho.

Das 52 estudantes que afirmaram exercer alguma atividade remunerada, temos que 35% o fazem como trabalho autônomo, o que representa o maior percentual. Na sequência, 29% trabalham com carteira assinada, portanto com vínculo formal com o empregador, 13% sem carteira assinada, 11% de forma informal ajudando familiares e amigas, 10% com contrato de trabalho temporário e 2% como funcionária pública. Esses diferentes tipos de vínculos refletem os espaços de precarização a que as estudantes são submetidas para conseguir ter uma renda durante a graduação.

No que tange à moradia, 62,1% das estudantes moram com os pais, 13,6% com seus/suas companheiros/as, 9,3% vivem sozinhas, 5,7% com outros parentes, 3,6% em repúblicas ou pensões, 2,9% com amigas, 1,4% com a mãe e irmãos/irmãs, 0,7% moram com filhos/as em cômodo cedido pelos pais e 0,7% com o ex-companheiro/a. A situação da moradia também foi investigada: 59,3% residem em casa própria e quitada, 24,3% em casa alugada, 10% em casa cedida ou emprestada e 6,4% em casa própria, mas financiada. Sendo assim, a maioria das estudantes vive em residências próprias das famílias, porém, uma parcela significativa depende de aluguel ou moradia cedida.

Sobre a alimentação, 45% das estudantes realizam suas principais refeições em casa, já 25,7% em casa e no restaurante universitário da UFBA, 7,9% fazem duas refeições por dia no restaurante universitário, 5% dividem as refeições entre casa e trabalho, 3,6% faz uma refeição diária no restaurante universitário, 2,9% se alimentam exclusivamente no trabalho e outros 2,9% em casa e na casa de familiares ou amigos. Menores percentuais indicam combinações diversas entre casa, trabalho, universidade e deslocamento.

A variedade de locais em que fazem suas refeições reflete as diferentes rotinas e a necessidade de flexibilidade de tempo e lugar em que elas são realizadas, o que demonstra uma rotina exaustiva e, muitas vezes, precária, pela necessidade de conciliar diversas atividades da própria faculdade com outras demandas da vida, como emprego, filhos/as, relacionamentos pessoais, entre outras demandas. São fatores que impactam a vida, a saúde e bem estar das estudantes.

Cabe destacar o percentual significativo de estudantes que se alimentam nos Restaurantes Universitários (RU) existentes na UFBA, o qual demonstra a importância da conquista deste serviço. O RU representa um marco na luta pelas políticas de assistência

estudantil da comunidade UFBA, visto que é um serviço disponibilizado para todas as estudantes. Entretanto, torna-se especialmente importante para estudantes bolsistas e/ou que dependem exclusivamente deste recurso, pois o restaurante garante, mesmo com suas particularidades, que as estudantes tenham acesso a refeições dignas por um valor possível de custear sem precisar sacrificar outras demandas de suas vidas durante sua passagem pela universidade.

É importante ressaltar que o ponto de distribuição de alimentos do Campus de São Lázaro foi implantado somente em 2016 (UFBA, 2016). Considerando sua localização sem ligação direta e relativamente distante dos demais campi da UFBA, sua implementação foi muito importante para as estudantes de Serviço Social e dos demais cursos ali presentes, que antes precisavam se deslocar até o campus de Ondina, com intervalo de tempo curto entre as aulas, para garantir uma alimentação adequada durante seus estudos.

Outro ponto que afeta as condições de vida das estudantes de Serviço Social é a forma de deslocamento até a universidade. Identificamos que a grande maioria, 82,9%, faz uso do transporte coletivo; 58,6% utiliza o transporte da universidade, conhecido como BUSUFBA; 17,9% se deslocam a pé; 8,6% usa o transporte automotivo (carro ou moto) próprio; 5,7% vão de carona; 1,4% usam o transporte fretado, geralmente, pelas prefeituras; e 0,7% faz uso da bicicleta para se deslocar à universidade. No formulário, as participantes podiam marcar mais de uma forma de transporte, considerando as diferentes modalidades que utilizam em seu deslocamento.

Ao analisar os dados apresentados acima, percebem-se como as políticas de permanência e assistência estudantil permeiam a vida das estudantes. O BUSUFBA é um serviço que faz parte da política de assistência estudantil, sendo um meio de transporte próprio da UFBA que auxilia as estudantes a chegar até a universidade e se deslocar entre os campi, atualmente estão disponíveis cinco micro-ônibus que realizam uma rota que abrange todos os campi da UFBA e áreas próximas.

Apesar de ter sido uma reivindicação estudantil desde o início dos anos 2000, o serviço foi implementado apenas em 2012 (UFBA, 2012), tornando-se um dos principais meios de transporte para chegar até a UFBA e que garante um deslocamento rápido entre os campi da universidade. O serviço se torna especialmente importante para estudantes do campus de São Lázaro - o que abrange as discentes do Serviço Social - pois é o único meio de transporte que leva até a porta do campus, conhecido pelo seu difícil acesso e isolamento em relação ao serviço de transporte urbano.

Portanto, as condições de vida e trabalho impactam profundamente a experiência acadêmica das estudantes. Os números externam que uma parte das estudantes precisa conciliar os estudos com o trabalho para poder permanecer no curso. Além disso, é preocupante que a maioria das estudantes que trabalham possui vínculos de trabalho instáveis e precários, como trabalho autônomo e informal, sendo apenas uma minoria que detém vínculos formais de emprego.

O curso de Serviço Social funciona no turno vespertino, o que se torna um desafio à permanência daquelas que precisam conciliar trabalho e formação na graduação. Isto se reflete também no recurso a atividades como trabalhadora autônoma ou informal. É importante ressaltar também que significativa parcela daquelas que não trabalham, precisam recorrer a outras formas de obter recursos para se sustentar ao longo do curso, seja por meio de bolsas de pesquisa e/ou extensão, assistência estudantil ou estágios.

Falando sobre o conceito de permanência, Reis (2013), no texto “Continuar ou desistir? Reflexões sobre as condições de permanência de estudantes negros na UFRB”, explica que a permanência pode ser vista tanto pela perspectiva material quanto pela simbólica. A permanência material refere-se às condições objetivas necessárias para a continuidade das estudantes no curso, como alimentação, moradia, compra de materiais, entre outros fatores essenciais. Já a permanência simbólica envolve o sentimento de pertencimento e a vivência plena do ambiente universitário, abrangendo aspectos como a integração social, a valorização da identidade cultural e a participação em atividades acadêmicas e extracurriculares que reforçam o senso de comunidade e apoio.

Deste modo, com base nos dados apresentados, verificamos que a permanência, tanto material quanto simbólica, é uma questão que impacta a maioria das estudantes de Serviço Social da UFBA. As condições de vida precarizadas e a necessidade de trabalhar durante a graduação impactam negativamente a capacidade das estudantes de se integrarem e se sentirem pertencentes à comunidade universitária. Assim, sem condições materiais adequadas, tanto a permanência material quanto a simbólica são afetadas e permanecer na universidade se torna extremamente difícil. Deste modo, entende-se que a permanência simbólica não existe por completo sem uma manutenção de uma permanência material.

O Programa REUNI, ao qual a UFBA aderiu em 2008, tem por objetivo: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

federais” (Brasil, 2007). Um curso de nível superior demanda um grau de disponibilidade e exigências que, muitas vezes, colidem com as rotinas das estudantes que precisam trabalhar. Infelizmente, a universidade atualmente opera com fortes influências de uma lógica neoliberal, o que se expressa inclusive na construção e desenvolvimento das políticas de acesso e permanência, fazendo com que o funcionamento dessas políticas seja contraditório e até ineficiente.

Apesar de suas contradições, com a implementação de políticas de acesso, como as políticas de cotas, o próprio REUNI e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o perfil das estudantes universitárias passou, e ainda passa, por mudanças. Portanto, espera-se que uma universidade que reafirma a defesa da educação pública e de qualidade e que tem como objetivo a permanência de todas as estudantes, esteja atenta aos seus principais compromissos, e adapte-se aos novos perfis discentes e opere no sentido de viabilizar a plena permanência material e simbólica dessas estudantes. Esta ação passa inevitavelmente pela necessidade de disponibilidade orçamentária, item escasso no contexto de predomínio da lógica neoliberal de ajuste fiscal e compressão de investimentos sociais.

Ao tratar-se da vida estudantil na UFBA e os aspectos que impactam na permanência, torna-se impossível não se mencionar as questões relacionadas à saúde mental das estudantes. Considera-se este um aspecto muito relevante para compreender como a estudante vivencia a vida acadêmica e lida com suas demandas que podem impactar a saúde mental.

Ao serem perguntadas sobre quais seriam as dificuldades emocionais, foram percebidas uma grande estratificação das respostas, ainda assim, a ansiedade se mostra como destaque principal das dificuldades que interferem na vida acadêmica das estudantes de Serviço Social, sendo presente em quase 100% das respostas, também vale o destaque para a insônia, tristeza persistente, sentimento de desesperança, desânimo, sentimento de solidão, desamparo, entre outras dificuldades citadas.

Questões como a dificuldade em se adaptar aos respectivos cursos de ensino superior também têm implicações para a integração à vida acadêmica e para a saúde mental, seja por uma formação deficiente na educação básica que pode gerar dificuldades no acompanhamento no ensino dos cursos de nível superior, seja por dificuldades em conciliar trabalho e estudo, no caso de estudantes que vivem essa condição. São aspectos interconectados que interferem na permanência na universidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao se analisar a vida estudantil na UFBA, a pesquisa mostra que para 84,3% a forma de ingresso na universidade foi por meio do ENEM/SISU e para 7,9% foi por transferência, interna ou externa. No caso de admissão através do ENEM/SISU, foi indagado sobre a modalidade utilizada para ingresso. Observou-se que, das respostas obtidas, 44,3% das estudantes ingressaram por meio da ampla concorrência, 20,7% por meio das cotas para escolas públicas e critério étnico/racial, independentemente da renda, e 16,4% através das cotas para escolas públicas, critério étnico/racial e renda per capita bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Em 11,4% das respostas, foi indicado "não se aplicar", possivelmente por não desejar identificar a modalidade de ingresso por algum motivo específico.

Além disso, 50% das estudantes afirmam que o curso foi sua primeira opção e as outras 50% afirmam não ser sua primeira opção. A modalidade de ingresso pelo SISU pode ser um dos pontos que contribuem para esta situação, ao possibilitar à candidato decidir pelo curso para o qual sua pontuação possibilita a classificação, podendo não corresponder ao seu real interesse. Este é um dado que merece atenção, pois pode estar relacionado a risco de evasão ou retenção, quando a estudante não consegue concluir o curso no tempo médio previsto. Estas são preocupações atuais quando se discute ensino superior.

Do ponto de vista dos candidatos, ter várias listas de chamada significa facilidade de ingresso, afinal são convocações para vagas que provavelmente não foram preenchidas. Possivelmente, por conta disso, o candidato pode ficar com a impressão de que no momento que desejar será possível ingressar no ensino superior, não entendendo como problema entrar em um curso que não pretendia, esperando que este não lhe realize profissionalmente e que, muito menos, não terá motivação para cursá-lo até o fim (Ribeiro e Morais, 2020, p. 5 e 6).

Ao indagarmos sobre o envolvimento em atividades ou programas acadêmicos extracurriculares, constatamos uma parcela substancial de estudantes que não participa de nenhum programa ou atividade acadêmica, totalizando 57%. Dentre as pessoas que participam destas atividades, dez mencionaram participação em programas de extensão (como PIBEXT, PERMANECER, entre outros), 15 em atividades de pesquisa (como PIBIC, PIBIT, entre outros) e 13 em estágios não obrigatórios. Destaque-se que estão elencadas aí atividades remuneradas e não remuneradas.

Sobre a participação das estudantes em movimentos sociais durante o período da graduação, denota-se que a maior parte das estudantes – 76% - não participa de nenhum movimento estudantil ou político, 24% informa que participa. Dentre as que participam, 15 mencionam o “Movimento Estudantil”, nove citam “movimento social” e sete respostas destacam o

“movimento religioso”. Este é um aspecto interessante a ser aprofundado em outros estudos, considerando o debate político na formação e exercício profissionais.

Quanto à ocorrência de trancamento do curso, 83,6% das estudantes afirmam nunca ter feito trancamento total de matérias, a porcentagem restante afirma já ter trancado por diversos motivos, dentre eles destacam-se: impedimentos financeiros, impedimento de saúde, licença maternidade, dificuldades em aprender os conteúdos das disciplinas, motivos de trabalho e insatisfação com o curso.

Analisando as informações apresentadas, podemos estabelecer uma relação importante com o desafio da permanência, que passa pelas dificuldades socioeconômicas e pelo cuidado com a saúde mental de discentes. A submersão da universidade à lógica neoliberal não colabora com o adequado enfrentamento de tais desafios, pelo contrário os potencializa. As dificuldades de acesso às políticas de assistência estudantil e ações afirmativas repercutem também sobre as vivências acadêmicas de estudantes do Curso de Serviço Social.

4 ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Quando pensamos em políticas minimizadoras para as disparidades sociais basilares da sociedade brasileira, atendo-se aqui à possibilidade de acesso à educação por grupos historicamente negligenciados, é inconcebível pensarmos o ingresso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sem se debater igualmente caminhos viabilizadores da permanência dessas pessoas nestas instituições. Entende-se que, assim como as políticas de cotas funcionam como resposta às desigualdades educacionais fruto do racismo estrutural e da falha do Estado para com grupos específicos, a permanência deve ser entendida como uma política de Estado e não somente enquanto um programa de governo. Isto a torna mais potente.

Segundo Carvalho (2006), a política neoliberal começa a exercer forte influência nas políticas públicas na década de 90, promovendo reformas de Estado em diferentes frentes. No Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso - que presidiu em dois mandatos, entre 1994 e 2002 - foi peça principal no fortalecimento das ideias neoliberais. No campo educacional, é marcada pela ideia de democratização do ensino, principalmente, do ensino superior brasileiro com muitas contradições.

Cria-se a necessidade de investimento em universidades de caráter privado, sob o argumento de que as universidades públicas federais não atendem as necessidades do mercado e a lógica produtivista, estas por sua vez, seriam submetidas ao princípio de uma autonomia universitária que “consistia em transformar o status jurídico das universidades públicas para organizações sociais, entidades públicas não estatais, fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos” (Carvalho, 2006, p. 3). Assim, constrói-se uma lógica de desmonte do caráter público das universidades existentes e de seu sucateamento, com tendências à privatização destas e criação de novas instituições de ensino privado. A tentativa de privatização das universidades públicas foi rechaçada graças à pressão popular e de movimentos sociais, porém o neoliberalismo permanece presente nas dinâmicas administrativas das IFES.

Apesar das contradições que envolveram a política educacional nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2010), que fortaleceu interesses mercadológicos na educação, assim como nas políticas sociais de forma geral, algumas transformações aconteceram.

É o caso do REUNI, instituído com o intuito de atenuar as desigualdades de acesso e permanência (Ganam e Pinezi, 2021). O Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), em 1995, pressupunha um contrato de gestão entre as organizações sociais (instituições de ensino superior que perderiam seu caráter jurídico de universidade pública) e o Estado, por meio do princípio da autonomia universitária. Embora não sendo incorporada em sua plenitude, é possível identificar um modelo parecido ao se analisar a proposta de contrato de gestão no âmbito do REUNI, que requer a medição de resultados, com estabelecimento de metas, avaliação por índices de produtividade, como condições para destinação dos recursos, aplicando-se a mesma racionalidade do universo empresarial.

As reivindicações sobre acesso e permanência das classes populares dentro das universidades foram fortemente defendidas pelo movimento negro, pautando a necessidade das ações afirmativas para democratização do acesso às universidades públicas (Cavalcante e Baldino, 2014).

Mesmo em caráter de programa, a Lei nº 12.711 de agosto de 2012, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, muda drasticamente o rosto da universidade pública brasileira (Brasil, 2012). Esta lei obriga todas as instituições federais de ensino superior a adotarem a política de cotas para preenchimento de vagas, considerando o critério de escolaridade pública, renda igual

ou inferior a um salário mínimo per capita, cor/etnia e pessoas com deficiência, de forma proporcional ao número de vagas.

A permanência toma lugar de uma preocupação positiva e necessária à medida que a universidade se diversifica. Nesse sentido, é pensado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em vigor a partir do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, também em caráter de programa de governo, com objetivo de democratizar as condições de permanência e reduzir as taxas de retenção e evasão (Brasil, 2010).

Em julho de 2024 foi aprovada a Lei nº 14.914 que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), atribuindo assim o status de política de estado, com a perspectiva de implementação articulada às demais atividades das universidades e nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2024).

A pesquisa em que se baseia este trabalho nos aponta que aproximadamente 66% das estudantes afirmaram não acessar nenhum auxílio oferecido pelo programa de assistência estudantil da UFBA. Isto nos leva a indagar sobre o motivo desse não acesso. É importante apontar que o Decreto nº 7.234/2010 estabelece em seu Art. 5º que “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio”, sendo este um princípio base do programa, não podendo ser desconsiderado pelas IFES.

No caso do Curso de Serviço Social da UFBA, observamos que 56% das estudantes são oriundas de escolas públicas e que 82% vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo, indicando inicialmente que estariam aptas a acessar o programa. Este dado indica uma possível contradição no acesso aos auxílios do PNAES por parte destas estudantes, já que 67% das participantes da pesquisa informaram não acessar nenhum auxílio do Programa de Assistência Estudantil da UFBA.

Quais seriam as possíveis justificativas para esse não acesso? Este é um ponto que merece ser aprofundado em futuros estudos. Mas indicamos duas pistas investigativas: não universalidade da cobertura da assistência estudantil em virtude da escassez de recursos, agravada pelos cortes no orçamento da universidade, considerando até então o caráter da permanência estudantil como um programa de governo e não enquanto uma política de Estado; associado a esta determinação, a excessiva burocracia para concorrer aos editais da assistência estudantil que desestimula as estudantes a se inscreverem.

Ao analisarmos a forma de ingresso destas estudantes na UFBA, temos que 84,3% ingressaram pelo Sistema de Seleção Unificada - SISU, em que: 44,3% pleitearam vaga por ampla concorrência; 20,7% por cotas de escola pública, quesito cor/raça/etnia, independente da renda; 16,4% pelas três modalidades de cotas; 5% por cotas de escola pública, independente de renda; 1,4% por escola pública e por renda; 0,7% por cota destinada a pessoas com deficiência; e 11,4% não responderam. Os dois primeiros grupos somam 65% das participantes que não ingressaram na UFBA a partir da cota de renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos. Porém, este dado por si só não permite inferir sobre a condição de renda das participantes, pois se devem considerar também aspectos objetivos que teriam levado a escolherem as modalidades em que não há necessidade de comprovação da condição de renda. Questão que não foi explorada na pesquisa.

Não é de hoje que a assistência estudantil e a universidade pública enfrentam ataques e desestruturações. Presenciamos nos últimos nove anos, ações governamentais que minaram a autonomia universitária e provocaram/provocam gradualmente a deterioração do ensino público e de seu acesso.

A partir do golpe sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff em 2016, consolidou-se no Brasil um período de seis longos anos de um governo estatal marcado por ideais da extrema direita neoliberal. Nesse período, presidente Michel Temer, em exercício após o *impeachment*, apresenta a Proposta de Emenda Constitucional 241, conhecida como a PEC do teto de gastos e que foi aprovada em todas as instâncias, em que estariam congelados por 20 anos os investimentos nas áreas da educação e da saúde, caracterizando assim um retrocesso nas conquistas sociais.

Em 2018, com a eleição de Bolsonaro à presidência, inicia-se o governo que mais fez cortes na área da educação, um gráfico produzido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apontava que o orçamento destinado às universidades federais em 2021 diminuiu 37% em comparação a 2010 (Oliveira, 2021).

Em outro gráfico, Oliveira (2021) apresenta também o orçamento destinado às universidades no período de 2011 até 2021, mostrando que esse recurso estava em processo de crescimento até 2015 - quando atinge 7,8 bilhões de investimento - contudo, a partir de 2016, os investimentos começam a diminuir. Com o governo Bolsonaro, continuaram a despencar, chegando em 2021 com apenas 4,5 bilhões de reais para as universidades públicas brasileiras,

impactando negativamente os recursos destinados à permanência estudantil através do PNAES e, evidentemente, a permanência das classes populares dentro das universidades.

O cenário atual apresenta a instituição da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como aspecto importante, porém demandante da permanente mobilização dos setores populares em virtude da manutenção da perspectiva neoliberal como diretriz das políticas, marcadamente na primazia das metas econômicas presentes no arcabouço fiscal, que sempre podem redundar em cortes e contingenciamentos de recursos para a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o perfil do corpo discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) apresenta uma diversidade de informações que contribuem para o conhecimento de aspectos sociais, econômicos e culturais que envolvem a trajetória acadêmica destes estudantes.

Ao analisarmos aqui a interface entre o perfil destas estudantes e o desafio da permanência, que passa pelo acesso às políticas de assistência estudantil, visualizamos uma dissonância entre o perfil socioeconômico das estudantes do curso e o nível de acesso a estas políticas.

Salientamos a importância de se conhecer o corpo discente, de modo a evidenciar a sua diversidade étnica racial, de gênero, religiosa e geracional, no sentido de enriquecer as práticas curriculares e fundamentar os processos de formação e as lutas pelo adequado financiamento das IFES. Por exemplo, destaca-se o reconhecimento da contribuição que a cultura e conhecimentos ancestrais de estudantes indígenas e de comunidades tradicionais trazem para enriquecer e dinamizar politicamente os espaços acadêmicos. E isto tem relação direta com a noção de permanência simbólica. Assim, faz-se necessário entender esses marcadores para a formulação de políticas adequadas.

As adversidades que afetam a saúde emocional e a vida acadêmica dos estudantes do curso integram este debate. É preciso considerar os desafios relacionados à adaptação a novos ambientes (mudança de cidade, ajuste à vida longe da família, entre outros), as dificuldades financeiras que exacerbam o estresse psicológico e o impacto negativo do tempo gasto em deslocamentos frequentes. Esses fatores complexos influenciam diretamente o bem-estar do corpo discente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **MEC implementará Política Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-implementara-politica-nacional-de-assistencia-estudantil>. Acesso em 12 ago julho de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. O que é o Reuni?, 2010. Disponível em <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em 22 jul 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

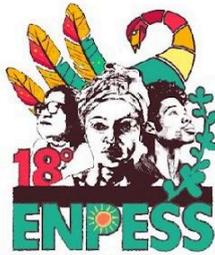
CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. *Reforma universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2006, p. 125-139.

CAVALCANTE, Cláudia Valente; BALDINO, José Maria. Jovens beneficiários das políticas de cotas no Brasil: Estratégias de acesso e permanência. En *VIII Jornadas de Sociología de la UNLP 3-5 de diciembre de 2014 Ensenada, Argentina*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/589299-sofrimento-psiquico-afeta-83-5-dos-alunos-das-universidades-federais>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Boletim BUZUFBA. Disponível em: https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/buzufba_0.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, 2021, vol. 37, p. e228757.

OLIVEIRA, E. 'Ciência e tecnologia acabaram': em 11 anos, orçamento do MEC para as universidades federais cai 37%. G1, 12 de maio de 2021. Disponível em: ['Ciência e tecnologia](#)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acabaram!': em 11 anos, orçamento do MEC para as universidades federais cai 37% | Educação | G1 (globo.com). Acesso em jul. 2024.

REIS, Dyane Brito. Continuar ou desistir? Reflexões sobre as condições de permanência de estudantes negros na UFRB. In.: **Observatório da vida estudantil**. 2013. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32029/1/Observat%C3%B3rio%20da%20vida%20estudantil%20-%20universidade%2C%20responsabilidade%20RI.pdf> Acesso em: 17 jun. 2024.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales; MORAIS, Vitor Guimarães. A possível relação entre o SiSU e a evasão nos primeiros semestres dos cursos universitários. In.: **Revista Brasileira de Educação**. 1 v. 25 e250040, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. UFBA inaugura ponto de distribuição de alimentos no campus de São Lázaro. In.: **UFBA em Pauta**, 23 mar. 2023. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-inaugura-ponto-de-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-alimentos-no-campus-de-s%C3%A3o-l%C3%A1zaro. Acesso em: 29 jul. 2024.